

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Segundo informação a que tivemos acesso, o Metropolitano de Lisboa informou da intenção de reduzir a oferta no concelho da Amadora, com a imposição de um novo horário já a partir do próximo dia 27 de março, segunda-feira. Para esta nova redução a empresa alega falta de material circulante, e as dificuldades que isso está a trazer à operação.

É verdade, como o PCP denuncia há anos, que o desinvestimento e opções economicistas têm vindo a degradar a manutenção do metropolitano de Lisboa, e a provocar uma crescente indisponibilidade do material. Mas o facto é que não foram tomadas medidas que podem resolver o problema: continuam sem contratar os trabalhadores necessários para que a manutenção e reparação do material circulante se faça em condições; continua o PMO II de Calvanas encerrado, atrasando a resposta operacional; continuam a não ser ouvidos os trabalhadores e a ser praticadas medidas economicistas que nada poupam na realidade.

Por um lado, são anunciados grandes investimentos para o Metropolitano, e depois, no concreto e no quotidiano, é recusada a realização das despesas – com trabalhadores, equipamento e manutenção – que devolveriam ao Metro os níveis de fiabilidade e segurança que apresentou até 2010.

O anterior governo degradou a capacidade de resposta das oficinas do Metropolitano porque tinha a intenção de entregar o material circulante e a sua manutenção à multinacional Siemens, numa operação financeira de “lease-back” que esteve anunciada e implicaria mais uma PPP desastrosa para o Estado (mas muito vantajosa para uma multinacional e vários intermediários). Esse caminho foi derrotado, e a atual governo diz não o querer seguir.

Mas a verdade é que continua com importantes responsabilidades no Metropolitano quem esteve empenhadamente envolvido no processo de privatização, e as soluções para os problemas continuam a ser adiadas.

Esse adiamento das respostas operacionais está a degradar a fiabilidade e qualidade da circulação, como bem sabem todos os utentes do Metropolitano. Mas a opção agora exposta, de concentrar a redução na oferta – nas horas de ponta – no concelho da Amadora, é igualmente inaceitável, e ocorre depois do Governo ter imposto que as reduções no passe para os utentes do Metro maiores de 65 anos também não se aplicariam à Amadora (nem a Odivelas, só acessíveis através do Navegante Rede).

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo o seguinte:

1. Por que motivos continua a ser adiada a concretização de medidas que resolvam os problemas da manutenção e reparação do material circulante do Metropolitano de Lisboa?
2. Como se explica esta medida fortemente penalizadora dos utentes e da sua mobilidade, em particular do concelho da Amadora, agora reduzindo-lhes a oferta de metropolitano para metade à hora de ponta?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 24 de Março de 2017

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)

RITA RATO(PCP)

MIGUEL TIAGO(PCP)

ANA MESQUITA(PCP)